Expediente CM 164/92

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ - RS

REQUERIMENTO

Os Vereadores abaixo assinados,

considerando a **"DENÚNCIA À NAÇÃO"**, publicada em 3 de outubro corrente, pelo DR. ALCEU COLLARES, DD.Governador do Rio Grande do Sul, em que o mesmo reclama da injusta discriminação sofrida pelo Estado na Proposta Orçamentária encaminhada ao Congresso Nacional, pelo Presidente da República afastado,

propõem que, ouvido o Plenário, seja pleiteada a reparação dessa flagrante injustiça, através de mensagens a serem expedidas a S. Exª o Dr. Itamar Franco, Presidente da República, e aos Senhores Deputado Federal Ibsen Pinheiro, e Senador Mauro Benevides, Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado da República.

Requerem mais sejam encaminhadas idênticas mensagens aos principais líderes das bancadas gaúchas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1992.

Vereador JOSÉ ELOY DOS SANTOS

Vereador LUIZ FERNANDO ODERICH

APROVADO POR UNANIMIDADE
Em sessão de 8.10.1992.

Vereador JOSÉ ELOY DOS SANTOS
Presidente

PORTO ALEGRE, SÁBADO, 3 DE OUTUBRO DE 1992

CÂMARA MUNICIPAL 213

...i às urnas ...o governo



Collor: constrangimento na saída
Quem são os novos ministros
Plano econômico de emergência
Proposta: acordo contra inflação
Novo rosto do poder nas capitais

O novo governo - Páginas 2 a 6 e central
Eleições - Página 7 e 15 e Correio da Eleição

TELEFOTO ABR / CP





Gustavo Krause

Filho e o inevitável
um deles em suas
inquestionáveis.
visão, com o cons-
ficado de que devia
ptos, o novo minis-
om sua indicação e
, confiscos, conge-
n governará o país
restauração, vota-
novadas.

...ebre
Carlos Araújo
PDT
16,4%



...) DA MULHER.
VEREADORA
CLÊNIA
...manhão
15.620
PMDB
PREFEITO
SCHIRMER

DENÚNCIA À NAÇÃO

O Congresso Nacional que admitiu e que está a julgar processo de impedimento, não pode aprovar proposta orçamentária suspeita de práticas de corrupção e que discrimine os Estados cujos governadores se negaram a apoiar um governo desonesto.

O Governador do Estado do Rio Grande do Sul e o Conselho Estadual de Desenvolvimento, fiéis à unidade nacional e ao vínculo indissolúvel que une os Estados, membros da República Federativa do Brasil, denunciam à Nação a grave discriminação que sofre o Estado do Rio Grande do Sul na Proposta Orçamentária encaminhada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República afastado, Fernando Collor de Mello.

O total dos recursos nos Orçamentos da Seguridade e Fiscal foram destinados ao Rio Grande tão somente US$ 55,4 milhões. Estes recursos equivalem a 0,75% dos investimentos destes dois Orçamentos. A Bahia do Sr. Antonio Carlos Magalhães recebeu 3,82% dos investimentos, isto é, 5,09 vezes mais que o nosso Estado, e o Estado de Pernambuco, 2,19%, vale dizer 3 vezes mais que o Rio Grande do Sul.

Comparada a distribuição por habitante, para 1993 estão previstos US$ 6,05/hab para o Rio Grande do Sul, enquanto Minas Gerais terá US$ 25,14/hab, a Bahia US$ 24,2/hab, sendo que para Pernambuco foram projetados US$ 21,92/hab.

No Orçamento das Estatais, estão previstos recursos na ordem de US$ 25,5 milhões, sendo que para a Usina do Jacuí I tão somente US$ 6,02 milhões, enquanto para a Usina de Xingó destinam-se US$ 646,5 milhões, no Nordeste do País.

O Orçamento Público deve ser utilizado como mecanismo para a melhor distribuição de renda, mas o que não se admite é que as transferências inter-regionais sejam feitas sem critério, como é o caso dos investimentos previstos nessa Proposta Orçamentária.

O Rio Grande do Sul transfere 15,5% do seu PIB à União, equivalendo, em média, a US$ 4,6 bilhões/ano. Temos recebido, no conjunto dos recursos transferidos ao Estado (Transferências Constitucionais, Encargos Diversos, Custeio dos Serviços Públicos Federais e Investimentos), menos de 9,0% do PIB-RS (US$ 2,79 bilhões).

A atual Proposta de Orçamento desrespeita o Plano Plurianual de Investimentos aprovado pelo Congresso Nacional. Programas e Projetos para a Região Sul foram cortados de forma aleatória, como é o caso do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores Rurais no Estado do Mato Grosso do Sul, para o qual estariam previstos US$ 6,1 milhões para o ano de 1993.

O Orçamento do DNER não prevê nenhuma construção de rodovia para o Estado, enquanto estão previstos para Minas Gerais US$ 68 milhões. Do total dos recursos destinados ao DNER - US$ 600 milhões - ao Rio Grande do Sul estão destinados 2,2% - US$ 13 milhões - somente para restauração, enquanto à Bahia estão alocados 8,0% dos recursos do DNER - US$ 48,5 milhões. Minas Gerais fica com a maior fatia dos recursos para rodovias, 22,9%.

Não se pode pretender corrigir desigualdades cometendo-se injustiças.

O Rio Grande apóia a idéia de crescimento compartilhado e interdependente e não coloca jamais em questão a necessidade de utilização dos mecanismos de transferências entre regiões. Todavia não se conforma com a discriminação que descapitaliza e empobrece o Estado.

O Governo do Rio Grande do Sul pediu ao presidente Itamar Franco que retirasse a proposta orçamentária do Congresso Nacional, visto que foi elaborada por um Governo acusado de crimes comuns e de responsabilidade. Isto torna a proposta suspeita de vícios que refletem a decomposição moral e ética do governo deposto.

ALCEU COLLARES
Governador do Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL 313



A RINCÃO
ros
593-3188

ão traduzem, necessariamente, a
le seus autores.

Meu desespero

Aos meus amigos leitores, peço a cooperação, pois estou desesperada. No último domingo, dia 27/9/92, desapareceu de minha residência o meu gato de estimação. Ele é todo branco, castrado, surdo com 2 anos, e sumiu domingo a tarde. Ele tem três irmãos gêmeos que não comem, não brincam, sentindo falta dele. Quem souber qualquer informação onde ele possa estar, por favor entre em contato pelo telefone 593.2630, ou no seguinte endereço: Rua Pedro Alvares Cabral, nº 687; Bairro Vila Rosa, com Dona Erothildes.

Erothildes Souza - Novo Hamburgo

tal qual a estrutura da
n três tempos: passado,
ssado nos é possível re-
humanidade com a na-
r para que nossa socie-
acionalmente os recur-
ıturo, temos que prepa-
ra que os erros do pas-
›s e para que a luta do
›mpida.
›er de "meio" ambiente,
ro. Não queremos mais
› e dominador da natu-
cipante de um planeta,
/eres para com ele.
sar às novas gerações

O governador está certo

Erly Arno Poisl

De importante, na última semana, além das eleições municipais que funcionaram como uma espécie de freada de arrumação de corredor, repondo nos seus devidos lugares as coisas que estavam um tanto deslocadas, foi um manifesto publicado pelo governador Alceu de Deus Collares sob o título "Denúncia à Nação".

Em resumido e bem fundamentado libelo, nele chama-se a atenção do Congresso Nacional para o fato de que existe ali em tramitação uma proposta orçamentária para o exercício de 1993 eivado de suspeição por discriminar os Estados cujos governadores se negaram a apoiar um governo num processo que culminou com o impedimento do mesmo por prática de atos ilícitos. A denúncia faz uma comparação da distribuição de recursos federais por habitante, tal como consta na proposta orçamentária para 1993, onde se vê que enquanto para o Estado de Minas Gerais estão previstos o eqüivalente a 25,14 dólares por habitante, para a Bahia 24,20 dólares por habitante e para Pernambuco 21,92 dólares, o Estado do Rio Grande do Sul participaria com apenas 6,05 dólares.

Esta discriminação odiosa e injusta nos coloca frente a uma posição desconfortante quando, ainda de acordo com a denúncia do governador Collares, se verifica que, enquanto o Rio Grande do Sul transfere 15,5% do seu Produto Interno Bruto à União, o que representa em média 4,6 bilhões de dólares-ano, nossa quota de recebimento de recursos por parte da União tem sido de menos de 9,0% do PIB-RS, ou seja, uma média de apenas 2,79 bilhões de dólares.

Esmiuçando mais um pouco ainda a mesma proposta orçamentária encaminhada pela presidência da República ao Congresso, Collares refere o fato de que no orçamento das estatais enquanto para a Usina de Xingó estão destinados 646,5 milhões de dólares, o valor com que se contempla a Usina do Jacuí I alcança apenas 6,02 milhões de dólares. Ou seja, 1% daquela, quando todos estamos carecas de saber da importância que a Jacuí I passa a exercer na geração energética para o Estado ameaçado a entrar em colapso assim que for retomado o ritmo de crescimento econômico normal que deverá ocorrer ao término do processo recessivo a que todos estamos submetidos.

O alerta do sr. governador é tão importante, pela influência que tais números passarão a exercer na vida de todos nós gaúchos, que este assunto está a merecer o respaldo de toda a comunidade riograndense, sendo urgente uma tomada de posição por parte de todos os municípios gaúchos que devem passar a participar desta cruzada.

Acreditamos ser chegada a hora de fazer com que todas as Câmaras de Vereadores remetam ao Congresso Nacional telegramas de apoio à denúncia do governador Collares, solidarizando-se com este grito de alerta que revela a forma safada com que foi montada a proposta orçamentária da União para o próximo exercício fiscal e, assim, contribuindo com o governo recém instalado do presidente Itamar Franco que quer "o governo a serviço do Estado e o Estado a serviço da Nação" como enfatizou no seu discurso de posse.

Tem toda a razão o governador quando grita contra a odiosa discriminação de que estamos sendo vítimas, e nosso dever, como gaúchos, é o de lhe prestar a maior solidariedade possível.

Fonte de prazer

Arnaldo Niskier

Estamos mais uma vez em Porto Alegre, a caminho de Novo Hamburgo, para uma conferência sobre alfabetização. A parada obrigatória no hotel enseja o contato com a televisão, para saber como anda a crise política. Nossa atenção é despertada por uma reportagem sobre a XII Bienal Internacional do Livro, no Parque Ibirabuera. Quem está sendo entrevistado é o empresário José Mindlin:

- A leitura é uma fonte de prazer inesgotável.

Ele tem toda razão. Bibliófilo convicto, com muitos investimentos em obras raras, Mindlin resumiu de forma extremamente feliz. O livro lido amplia nosso universo vocabular e permite a aquisição de conhecimentos de forma duradoura. Talvez nenhum outro instrumento de cultura seja tão importante, nem tão democrático.

Pôde-se perceber na Bienal, onde estivemos depois para lançar o livro *Educação em Primeiro Lugar*, da Editora Moderna, que há muitas queixas dos editores com relação às tiragens que diminuíram e conseqüentemente prejudicaram o faturamento das mais de 110 editoras brasileiras que expuseram os seus produtos. Alias, belos produtos, com capas de extraordinária criatividade e beleza.

É um programa que o Governo jamais deveria tratar de forma secundária, pois em muitos casos é a única maneira de oxigenar culturalmente as escolas públicas brasileiras.

Querem um bom exemplo do que se convencionou chamar "mística do livro?" Na Bienal, nas suas rampas de acesso, milhares de jovens estudantes, muitos deles em seus uniformes característicos, subiram em desceram diversas vezes, olhando, compulsando, cheirando, vibrando com o livro. Se não compraram, na proporção direta do interesse, isso se deve aos preços de capa, que não são caros, se comparados às nações industrializadas, mas de toda forma se constitui em algo impraticável para a nossa sofrida classe média. É ela que freqüentou basicamente a Bienal, através dos seus filhos. Interesse houve, mas cadê o dinheiro para comprar tudo aquilo que enchia os olhos de cupidez intelectual?

Percebemos também, na visita à Bienal, o grande número de títulos destinados ao mundo universitário. Livros originais, de boa qualidade, alternando autores nacionais e estrangeiros numa sadia competição, significando o "combate cultural" que só pode ser vantajoso para a formação dos nossos jo-